

POLÍTICAS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES A DISTÂNCIA NO BRASIL E EM PORTUGAL: concepções e modelos de formação

Linha 04 - Políticas Educacionais, Gestão de Sistemas e Organizações,
Trabalho e Movimentos Sociais

MARTINS, Tânia Barbosa
UNESP, *Campus* de Marília
E-mail: tb.martins@unesp.br

Resumo

As políticas públicas em educação a distância para a formação de professores a partir das relações com o contexto histórico, com o Estado, com as governanças, com as ideologias políticas, com os processos normativos e com as possibilidades produzidas com os artefatos tecnológicos e os novos modelos organizacionais induziram mudanças na formação de professores. Assim sendo, a formação de professores é significativamente reconfigurada com a educação a distância, exigindo maior clareza e aprofundamento dos sistemas de formação em vários contextos e os modos de regulação da profissão docente e as tendências educacionais em relação à formação de professores. O objetivo principal desse trabalho é analisar os modelos de educação a distância brasileiro e português, com foco nos cursos de formação de professores (licenciatura) na modalidade de ensino a distância e compreender os modos de regulação e as tendências educacionais em relação à formação de professores. Tomou-se como campo empírico além do modelo de Universidade Aberta de Portugal, a Universidade Aberta do Brasil (UAB), a Universidade Virtual do Estado de São Paulo (UNIVESP) e uma instituição de ensino superior (IES) privado-mercantil. Todas as três instituições brasileiras estão localizadas no Estado de São Paulo. O plano de trabalho considera como fonte de pesquisa a legislação, documentos oficiais e institucionais e a literatura sobre as políticas de formação de professores na educação a distância no Brasil e em Portugal, caracterizados a partir das especificidades de cada sistema nacional de educação, de modo a compreender as especificidades e semelhanças entre as estruturas e sistemas de ensino, as concepções, tendências e os modos de regulação da formação de professores na educação à distância. Também estão sendo realizadas entrevistas semiestruturadas com professores, coordenadores e gestores que atuam na educação a distância, a fim de complementar as informações e compreender às perspectivas dos atores quanto os modos de regulação e às tendências educacionais em relação à formação de professores. Por meio de análise de tipo analítico-explicativo busca-se mostrar que a constituição dos vários arranjos acadêmicos e institucionais para além de buscar ampliar a oferta do ensino superior no campo da formação de professores, possuem significados históricos e políticos relacionados com os interesses dos Estados em conformidades com as determinações dos Organismos Multilaterais de uma educação que converge com a ideologia do Capital Humano. Os resultados preliminares apontam que tanto no Brasil quanto em Portugal, as concepções de formação de professores a distância têm sido bastantes fieis aos marcos legais nacionais e internacionais corroborando com os discursos dos Organismos Multilaterais na perspectiva da formação para o mercado de trabalho com base no desenvolvimento de competências e habilidades socioemocionais tendo como referência o princípio do “aprender a aprender”. No plano organizacional, observa-se que no Brasil, diferente de Portugal, há um quadro de maior diferenciação institucional de modelos de educação a distância, com influência conjunta dos modelos fordista-toyotista de produção com destaque para uma gestão gerencial, controladora e pragmático de ensino.

Palavras-chave: Política Educacional; Formação de Professores; Educação a Distância